



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGEM
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS



MIRIAN ALVES LEAL

**AS REPRESENTAÇÕES DA INFANCIA NO REINO DO ERA UMA VEZ:
reflexões sobre a contística infantil de Charles Perrault**

PONTES E LACERDA/MT

2012/2

MIRIAN ALVES LEAL

**AS REPRESENTAÇÕES DA INFANCIA NO REINO DO ERA UMA VEZ:
reflexões sobre a contística infantil de Charles Perrault**

Monografia de conclusão de curso de graduação em Licenciatura Plena em Letras, apresentada ao Departamento de Letras (DL) da Universidade do Estado de Mato Grosso-*Campus* Universitário de Pontes e Lacerda, como requisito parcial para a obtenção do título de Graduado em Letras.

Orientador: Prof. Me. Epaminondas Matos
Magalhaes

PONTES E LACERDA/MT

2012/2

Esta monografia foi apresentada perante a seguinte banca examinadora:

Prof. Me. Epaminondas Matos Magalhães

Orientador

Prof^a. Dr^a. Rosely Romanelli

Banca Examinadora

Prof. Me. Ricardo Marques Macedo

Banca Examinadora

Dedico este trabalho primeiramente(*in memoriam*) aos meus pais Jorge Antonio Leal e Francisca Alves de Moraes, pois durante o pouco tempo que fizeram parte da minha vida me ensinaram o real valor da família. Aos meus filhos Fernando e Vitor Gabriel que são a minha família e a razão do meu existir, da minha luta por um crescimento e que apesar das frustrações, me encorajaram a continuar nessa, difícil caminhada. Aos meus professores, mestres e doutores que conduziram e possibilitaram para que esse momento de vitória fosse possível. Aos meus amigos acadêmicos Amilton Cezar Montane, Cristiano Dutra da Silva, Maria de Lourdes Borges de Melo, Millena Suza, e minhas amigas irmãs Gilcilaine Barroso e Viviane Martins.

A estes dedico meu trabalho, pois sem o apoio, confiança e compreensão de todos, este sonho não teria se realizado.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem a sua presença em minha vida jamais teria conseguido vencer todos os obstáculos que se puseram em minha caminhada.

Aos meus filhos Fernando e Vitor Gabriel e ao Gilberto Rodrigues Paixão que aceitaram e entenderam a minha ausência durante a realização deste curso. Eles foram peças fundamentais para a concretização deste trabalho.

A todos os professores que acompanharam meu desempenho durante a realização deste curso, em especial ao meu orientador Epaminondas Matos Magalhães que me ajudou a acreditar na minha capacidade para a realização deste trabalho, agradeço pela paciência, pela dedicação, pela confiança depositada na minha pessoa e por fazer deste trabalho uma experiência positiva na minha vida.

Agradeço a minha família do coração Amilton, Evanildes, Lourdes, Gilcilaine e Viviane pelo apoio sempre prestado nos momentos difíceis da minha vida. Vocês são peças importantes que Deus colocou no meu caminho para tornarem minha vida mais colorida na difícil empreitada para alcançar essa vitória. Obrigado pela sua amizade, amo muitos todos vocês.

Eu pedi Força e Deus me deu dificuldades para me fazer forte. Eu pedi Sabedoria

e Deus me deu Problemas para resolver. Eu pedi Prosperidade e Deus me deu Cérebro e

Músculos para trabalhar. Eu pedi Coragem e Deus me deu Perigo para superar. Eu pedi Amor

e Deus me deu pessoas com Problemas para ajudar. Eu pedi Favores e Deus me deu

Oportunidades. Eu não recebi nada do que pedi, mas eu recebi tudo de que precisava.

(autor desconhecido)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo a análise de elementos presentes em determinados contos de fadas do escritor francês Charles Perrault, primeiro escritor a compilar as histórias transmitidas oralmente por várias gerações, sob a ótica do Estatuto da Criança e Adolescente e das representações sociais, focando a violência e os abusos cometidos e representados- problematizados- em seus textos. Os objetivos são, após breve relato da evolução do reconhecimento, pela sociedade, dos direitos inerentes a criança e ao seu estado de sujeito em desenvolvimento, a análise sob a ótica do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, isto é, apontar, nos contos, situações vividas pelos personagens que ferem de alguma forma os direitos assegurados pela Lei nº 8069, que visa a integridade física e psicológica, sem distinção, de crianças e adolescentes. Sabedores de que o Estatuto da Criança e do Adolescente fora criado, no Brasil, em pleno século XX, mas que sob sua ótica é possível percebermos as representações da sociedade do século XVIII e os dilemas enfrentados pelas crianças, expressos na contística de Charles Perrault, portanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente será tomado como mote para discutirmos os abusos e a violência sofrida pela criança nos séculos XVIII e XIX.

Palavras-chave: Infância/adolescência, direitos, opressão e maus tratos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

CAPÍTULO II

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INTRODUÇÃO

Este trabalho de Conclusão de Curso nasceu de uma conversa informal com o professor Epaminondas de Matos, em que, naquele momento, discutíamos o papel social da literatura e que a literatura representa e problematiza certas situações sociais. Aqui penso que seja pertinente destacarmos, segundo Carpeaux (apud: BOSI, 2002, p. 07) que “a relação entre literatura e sociedade não é mera dependência: é uma relação complicada, de dependência recíproca e interdependência dos fatores espirituais (ideológicos e estilísticos) e dos fatores materiais (estrutura social e econômica).”

Lançada as primeiras discussões, o professor Epaminondas de Matos me propôs o desafio de aliar os contextos vivenciados na prática por mim, quando de meu trabalho como Conselheira Tutelar e discutir as representações sociais da criança do século XVIII, a partir dos contos infantis de Charles Perrault sob a ótica do Estatuto da Criança e do Adolescente. A princípio parecem discrepantes as distâncias entre o corpus literário e as discussões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, contudo, o foco não é o ECA, mas a configuração do cenário infantil expresso nos contos de Perrault, que apresenta as histórias mais desnudadas. Assim, nosso intento, quando desta pesquisa era, justamente, verificar em que medida a criança era vista e como era tratada.

Como nos afirma Perrone-Moises (2010) a literatura deve desmistificar, problematizar certas situações sociais.

As obras estão aí para desmenti-lo. Que dizer daquelas narrativas que nos mostram um mundo ainda mais terrível do que esse, já tão insatisfatório, que nos cerca? E daqueles poemas que manifestam uma dor ou um pavor ainda maiores do que os que quotidianamente nos assaltam? E esse é o modo de ser histórico da literatura contemporânea, mais para o negro do que para o cor-de-rosa. Ora, nessas obras negativas lê-se ainda mais claramente a insatisfação causada pela falta. Acentuar o que está mal, torna-lo perceptível e generalizado até o insuportável, e ainda sugerir, indiretamente, o que deveria ser e não é. (PERRONE-MOISES, 2010, p. 104)

Assim, é sob os signos da opressão, violência e abusos que buscamos trilhar o texto deste Trabalho de Conclusão de Curso, analisando a criança e os dilemas de seu desenvolvimento social, levando em consideração os problemas sofridos.

Nesse trabalho será apresentado breve relato sobre a história social da criança na França do século XVII (Áries); a história do surgimento da literatura infantil tendo com precursor o escritor Frances Charles Perrault. Em seguida breve descrição da evolução dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil até criação em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei que influencia radicalmente no destinos de crianças e adolescentes brasileiras; para que, posteriormente, seja realizada a análise das agressões de que são vitimadas as personagens dos contos de Perrault O Pequeno Polegar, Chapeuzinho Vermelho, Pele de Asno e Cinderela sob a ótica do ECA.

CAPITULO

ENTRE A ESCRITA E A INFÂNCIA: REFLEXOES SOBRE A LITERATURA INFANTIL NO SÉCULO XVIII

"Só as crianças e os velhos conhecem a volúpia de viver dia-a-dia, hora a hora, e suas esperas e desejos nunca se estendem além de cinco minutos..." (Mario Quintana)

Neste primeiro capítulo faremos um breve relato do quadro da história social da criança durante os séculos XVII e XVIII, para que possamos, no capítulo analítico, discutir essas hipóteses nos textos de Charles Perrault, os *Contos da Mamãe Ganso*, corpus de nossa análise

Durante a Idade Média as famílias viviam de forma precária, sendo patrilineares, pois ao homem cabia o dever da sustentação econômica da família e a mulher cabia a gerencia da casa e dos filhos, em um tempo em que a união de homem e mulher era realizado de acordo com a necessidade ou apenas como negociação entre famílias. O afeto, amor, respeito e planejamento familiar não eram um item presente na vida da sociedade, fato que definia a forma de criação de um ser que nasceria dessa relação.

Segundo Aries (1973) não era feita distinção entre crianças e adultos a não ser durante o tempo em que a mesma era ainda muito pequena e tão logo esta conseguisse se manter equilibrada sozinha, era misturada ao mundo adulto, onde não teriam nenhuma atenção especial; o conhecimento e descoberta do mundo viria de forma gradual sendo que a aprendizagem era realizada de acordo com a capacidade de cada criança em participar das tarefas diárias da família. Não existia a etapa da infância, adolescência e juventude, passava-se de criança para adulto em um curto período de tempo. Não existia regras que definissem crianças e adultos quanto ao trabalho, lugares, vestimentas ou mesmo no trato diário com a sociedade.

Mas (e é isso o que importa), o sentimento entre os cônjuges, entre os pais e os filhos, não era necessário à existência nem ao equilíbrio da família: se ele existisse, tanto melhor. As trocas afetivas e as comunicações sociais eram realizadas, portanto, fora da família, num "meio muito denso e quente, composto de vizinhos, amigos, amos e criados, crianças e velhos, mulheres e homens, em que a inclinação se podia manifestar mais livremente. As famílias conjugais se diluíam nesse meio. (Aries, 1973, ?).

Essa situação virá refletida na literatura compilada, tanto por Charles Perrault, como pelos irmãos Grimm, tendo em vista o papel social da literatura em problematizar a sociedade. Segundo Zilberman (2003) a literatura infanto-juvenil busca discutir uma visão sobre o mundo infantil. Assim, há que considerarmos que é em meio a esse modelo de sociedade que a literatura infanto-juvenil nasce, sem as pretensões de se constituir como literatura para criança, mas que de certa forma, mostram uma visão de sociedade.

Regina Zilberman (1994) discorre que:

Antes da constituição deste modelo familiar burguês, inexistia uma consideração especial para com a infância. Essa faixa etária não era percebida como um tempo diferente, nem o mundo da criança como um espaço separado. Pequenos e grandes compartilhavam dos mesmos eventos, porém nenhum laço amoroso especial os aproximava. A nova valorização da infância gerou maior união familiar, mas igualmente os meios de controle do desenvolvimento intelectual da criança e manipulação de suas emoções. Literatura Infantil e escola inventada a primeira e reformada a segunda, são convocadas para cumprir esta missão (1994, p. 15).

Assim, essa visão de sociedade opressora, no que tange ao mundo infantil e juvenil, pode ser constatado na pintura, na tapeçaria e na escultura que representavam até o século XVII em que a criança possui traços do adulto.

Figura 1



Fazendo breve análise desta figura é possível perceber que a mulher apresenta vestimenta longa, com excesso de tecido para produzir o efeito de franzido e com sobressaias, estilo utilizado na época, mangas longas sempre com sobreposições de tecidos. A figura que estaria representando a criança não possui nenhum traço em sua fisionomia que remeta a traços infantis, suas vestimentas mantêm o mesmo estilo utilizado nas roupas adultas, vestido longo, com sobressaias e a utilização excessiva de tecido pra produzir as sobreposições e franzidos. Há, apenas, uma redução no tamanho da figura, porém os traços faciais e o traje são de uma mulher adulta.

A infância, no século XVII, era caracterizada pela dependência econômica, ou seja, o indivíduo era considerado criança, independente da idade, enquanto dependesse financeiramente de outra pessoa. Posteriormente, no século XVIII, a criança passa a ser representada junto a sua família em seu cotidiano, nessas representações a criança adquire as formas da infância em sua plenitude, já não são mais representadas como miniatura de homens, fato que leva a crer que a infância tenha tomado outro sentido para a sociedade. As cenas de telas de pintores como Philippe de Champaigne passam a mostrar a criança com suas peculiaridades, de acordo com a idade de cada uma, diferenciação nas vestimentas, nos brinquedos, nos lugares e na postura dos

adultos em relação as mesmas. “Foi no século XVII que os retratos de crianças sozinhas se tornaram numerosos e comuns. Foi também nesse século que os retratos de família muito mais antigos, tenderam a se organizar em torno da criança, que se tornou o centro da composição”. (Ariés, 1973, p. 52)

É nesse século, também, que a criança passa a ter suas vestimentas diferenciadas das roupas dos adultos, é como se houvesse uma regra que definisse as vestes para cada faixa etária, somente mudando quando alcançasse uma idade pré-definida. “No fim do século XVI, o costume decidiu que a criança, agora reconhecida como uma entidade separada tivesse também seu traje particular.” (Aries, 1973, p. 63). Vale lembrar que esse benefício foi concedido somente aos meninos, enquanto as crianças do sexo feminino continuaram, depois de passar pela fase de total dependência, a serem vestidas igualmente as mulheres adultas. Nesse tempo houve, também, a intervenção da igreja, talvez para conter o alto índice de mortalidade infantil, reforçando a necessidade do batismo, que já ocorria, porém sem tempo determinado, para as crianças ainda em tenra idade.

O espaço proporcionado a criança não era ainda o de reconhecimento de suas particularidades como sujeito em desenvolvimento, tendo em vista que apesar das conquistas alcançadas não existia ainda diferenciação do mundo adulto e do mundo da infância. O desenvolvimento infantil, neste sentido, não é considerado.

As crianças conviviam no mesmo espaço, participavam do cotidiano do adulto sem que nenhuma restrição fosse feita ao que elas ouviam, viam, falavam ou faziam. Crianças e adultos partilhavam dos mesmos costumes sem que isso fosse visto com estranheza pela sociedade, a mudança nas atitudes para com a infância ocorreu apenas no sentido de cuidado e reconhecimento da vida do recém-nascido, vestuário e o reconhecimento da infância pela sociedade da época, não tendo comprometimento com a mudança de hábitos em relação a educação de crianças ou jovens, lembrando ainda que tais mudanças ocorreram primeiramente na classe social mais abastada da sociedade para somente depois de certo tempo ser adaptado ao povo das

classes inferiores. “O respeito devido as crianças era então (no século XVI) algo totalmente ignorado. Os adultos se permitiam tudo diante delas: linguagem grosseira, ações e situações escabrosas; ela ouviam e via tudo”. (Aries. 1973. 63)

Até o início do século XVII não houve grandes mudanças no comportamento dos adultos em relação a criança, porém foi observado por moralistas da época o quanto tais atitudes influenciavam negativamente na educação e na vida adulta da criança que vivia exposta a todo tipo de situações que faziam parte do mundo adulto, tais como: jogos, gestos obscenos, sexo, bebida etc. Com a consciência de alguns membros, moralistas, da sociedade de que a formação moral da criança devesse ser garantida por meio da educação, da saúde e do bem estar físico, passa a ser defendida por uma pequena parcela da sociedade o respeito a inocência da criança, reconhecendo que estas deveriam ser resguardadas da rudeza e perversão que faziam parte do universo das pessoas adultas. Nasce então a concepção da infância como período que apresenta a necessidade de educação ajustada a natureza de um ser em desenvolvimento, respeitando sua especificidade. A criança passa a ter reconhecida e respeitada a sua capacidade de aprendizagem de acordo com a idade que apresenta, fato que abre caminho para pesquisas e teorias que apresentam o ato de brincar como formação e representação infantil.

Um ponto importante para a infância, ainda no século XVII, foi o fato da educação da criança deixar de ser feita através da aprendizagem, que funcionava da seguinte forma: quando a criança aparentava condições de ajudar nos trabalhos domésticos era enviada a casa de outra família onde ficava “hospedada” para que adquirisse, trabalhando, conhecimentos nos ofícios necessários, alcançando a maturidade quando fosse capaz de prover o próprio sustento.

Posteriormente, a educação passa a ser oferecida, as crianças pertencentes a famílias ricas, em internatos onde não havia distinção de idade entre os aprendizes; crianças e adultos utilizavam o mesmo espaço onde estas

serviam como aprendizes de mestre, que adquiriam conhecimento auxiliando outra pessoa que já estivesse em estado mais elevado de aprendizagem.

A escola exigiu maior participação da família na vida escolar da criança, pois apesar do escasso número de instituição de ensino, esta não necessitava estar interna em uma instituição, podendo sempre que possível retornar a casa da família que era encarregada de supervisionar os estudos durante o tempo em que a criança permanecesse junto da família, fato que possibilitou a consciência da responsabilidade da família para com o futuro das crianças tornando assim maior a proximidade entre a criança e seus familiares. “A substituição da aprendizagem pela escola exprime também uma aproximação da família e das crianças, do sentimento da família e do sentimento da infância, outrora separados”. (Aries, 1973, p. 06).

Quanto às crianças pertencentes a famílias de classe baixa, pelas condições econômicas e culturais, continuaram a ser educadas segundo as antigas práticas de aprendizagem, fazendo com que suas crianças continuassem participando do universo adulto.

A consciência da família sobre a vulnerabilidade de suas crianças trouxe também a preocupação com o bem estar da mesma, pois as famílias passaram a não ver mais com bons olhos o fato de seus filhos terem que se afastar para que pudessem fazer parte nos colégios existentes, já que o número de colégios era escasso. As famílias passaram a reivindicar melhores condições na área da educação, fato que forçou os governantes a aumentarem o número de instituições para atender a demanda.

Estudos apontam que no início do século XVII foi criada uma extensa rede de instituições de ensino, sendo nelas realizado algumas alterações. Essas escolas se diferenciavam daquelas já existentes pelo fato de que ofereciam um ensino básico e os alunos que nela se formavam eram encaminhadas para os colégios de classe superior que tinham as séries completas. Esses benefícios não foram alcançados por todas as crianças, tendo somente contemplado as crianças do sexo masculino e das famílias de classe média e alta. A educação para meninas somente foi pensada e

aprovada nos séculos XVIII e XIX, com exceção de algumas que eram enviadas conventos ou pequenas escolas.

A literatura infantil surge, primeiramente, da tradição oral em que os contos, as histórias eram contadas de um adulto para uma criança, registrando experiências e lições, nas quais, geralmente, os heróis superavam situações desfavoráveis através de algum segredo mágico. As ações dos contos de fadas desenrolam-se em países imaginários, povoados por objetos e personagens mágicos e estranhos, onde o narrador e o seu público não acreditam na realidade da história. Faziam parte de uma ficção e não tinham compromisso com a verossimilhança. Foram transmitidos de geração em geração, que se supõe não tenham sofrido grandes alterações em sua essência, deduz-se que quando estes ultrapassam as barreiras geográfica que tenha havido modificações para que pudessem se adaptar ao contexto cultural.

O conto oral de tradição popular é utilizado para instituir práticas, valores e costumes convencionados pela sociedade burguesa para que as crianças tivessem maior facilidade em compreender e aceitar as normas impostas pelos códigos sociais em vigor. Os contos de fadas foram utilizados consciente e inconscientemente para determinar os papéis que cada indivíduo deveria ocupar perante a sociedade. Apresentavam sempre diálogos entre um indivíduo detentor de poder e aqueles que apresentavam características de submissão favorecendo assim determinados interesses e reforçando um tipo de discurso admitido. São importantes por revelar valores e hábitos sociais da época.

A literatura infantil surgiu no século XVII com Fenélon (1651-1715), as histórias apresentavam estrutura maniqueísta com função moralizante para inculcar nas crianças a ideia do bem a ser apreendido e do mal a ser evitado. Nesse momento a literatura infantil constitui-se como gênero literário em meio a transformações sociais e repercussões no meio artístico.

Em 1697, Charles Perrault (1628-1703), escritor francês editou as narrativas folclóricas contadas pelos camponeses. Entre os contos imortaliza-

dos por Perrault estão *Cinderela*, *A Bela Adormecida* e *Chapeuzinho Vermelho*. A popularização desses contos, no entanto, só ocorre no século XIX.

É interessante aqui, segundo Coelho(1987) que a capa da obra "*Contos de ma Mère l'Oye*" (contos da Mamãe Gansa) trazia uma velha fiadeira, pois era característico das pessoas velhas, sentarem e contarem histórias, em especial, mulheres, essa mesma situação é perceptível na obra de Monteiro Lobato em que as duas contadoras de histórias- Dona Benta e Tia Nastácia- são senhoras velhas.

Seguindo o exemplo de Perrault, os irmãos Jacob (1785-1863) e Wilhelm Grimm (1786-1859), integrantes do círculo intelectual de Heidelberg, fizeram a compilação de antigas narrativas populares e registraram-nas em um livro. A primeira obra dos irmãos Grimm recebeu o nome de *Contos para a infância e para o lar*.

1.1- CHARLES PERRAULT.

Contemporâneo do fabulista gaulês La Fontaine, Charles Perrault poeta Frances nasceu em Paris em 12 de janeiro de 1628, onde viveu até os 75 anos. Iniciou seus estudos em 1637 no colégio de Beauvais, concluindo-o aos 15 anos. Em 1643 ingressa no curso de Direito que conclui aos 23 anos. Trabalhou como advogado, superintendente de construções do Rei Luís XIV. No ano de 1671 é eleito membro da Academia Francesa, sendo no ano seguinte nomeado Chanceler da Academia. Contrai matrimônio com Marie Guichon com quem teve quatro filhos.

Depois do falecimento da esposa, no parto do último filho, Perrault passa a dedicar-se a educação dos filhos. Membro da alta burguesia foi imortalizado por criar uma literatura popular que encantou crianças e contou com a aprovação dos adultos. Membro da alta burguesia, Perrault foi imortalizado por criar uma literatura de cunho popular que caiu no gosto infantil e contou também com a aprovação dos adultos. Movido por esse desejo, começou a registrar as histórias da tradição oral contadas ao longo dos tempos,

repassadas de geração em geração. Próximo aos seus 70 anos, publicou o livro de contos conhecido, na época, como "contos de velha", "contos da cegonha" ou "contos da mamãe gansa", sendo o último o título pelo qual a obra é reconhecida em todo o mundo. A primeira edição, de onze de janeiro de 1697, recebeu o nome de "Histórias ou contos do tempo passado com moralidades", que remete à famosa moral da história presente ao final de cada texto. As histórias eram adaptações literárias, com linguagem simples que traziam ao final conceitos morais em forma de verso. Essa perspectiva promove, desde a fase inicial, na chamada literatura infantil a existência de um teor pedagógico associado ao lúdico.

Os "contos da mamãe gansa" são formados por uma coletânea de oito histórias que falam de princesas, bruxas e fadas. Suas histórias mais conhecidas são: A bela Adormecida, Chapeuzinho Vermelho, Barba Azul, O Pequeno Polegar, O Gato de Botas e Cinderela.

Charles Perrault faleceu na noite de 15 para 16 de maio de 1703, na sua residência em Paris.

CAPITULO II

SOB O SIGNO DA EXCLUSÃO, REPRESSÃO, ABANDONO E ABUSO: O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E OS CONTOS DE PERRAULT.

"Ainda acabo fazendo livros onde as nossas crianças possam morar." (Monteiro Lobato)

2.1- Algumas (in) definições sobre os contos maravilhosos

Antes de adentrarmos propriamente na análise do corpus deste trabalho, se faz necessário discutirmos e balizarmos teoricamente a diferença entre contos de fadas e maravilhosos, haja vista que Charles Perrault em seus contos oscila entre essas duas modalidades.

A definição de cada conto depende de seu enredo e da caracterização de suas personagens.

Os contos de fadas segundo Coelho (1987) Coelho (1987), são chamados de *contes de fées*, na França; *fair tale*, na Inglaterra; *cuento de*

hadas, na Espanha; e *racconto di fata*, na Itália e no Brasil foram chamados de contos da carochinha.

Mesmo que se pareçam similares- contos de fadas e maravilhosos- Segundo Coelho (1987) não o são, pois apresentam certas diferenças, sendo que os contos de fadas apresentam e representam o mundo interior e existencial do herói, por sua vez os contos maravilhosos, focam as realizações e aventuras do mundo exterior da personagem.

Segundo Coelho (1987) os contos de fadas são de origem celtas e fadas vem do latim *fatum* que quer dizer destino. Neste sentido, nas palavras de Coelho (1987) os contos de fadas,

[...] com ou sem a presença de fadas (mas sempre com o maravilhoso), seus argumentos desenvolvem-se dentro da magia feérica (reis, rainhas, príncipes, princesas, fadas, gênios, bruxas, gigantes, anões, objetos mágicos, metamorfoses, tempo e espaço fora da realidade conhecida etc.) e têm como eixo gerador uma problemática existencial. Ou melhor, têm como núcleo problemático a realização essencial do herói ou da heroína, realização que, via de regra, está visceralmente ligado à união homem- mulher (COELHO, 1987, p.14).

Por sua vez os contos maravilhosos, são definidos por Coelho (1987) como:

[...] narrativas sem a presença de fadas, via de regra se desenvolvem no cotidiano mágico (animais falantes, tempo e espaço reconhecíveis ou familiares, objetos mágicos, gênios, duendes etc.) e têm como eixo gerador uma problemática social (ou ligada à vida prática concreta). Ou melhor, trata-se sempre do desejo de auto-realização do herói (ou anti-herói) no âmbito socioeconômico, através da conquista de bens, riquezas, poder material etc. Geralmente, a miséria ou a necessidade de sobrevivência física é o ponto de partida para as aventuras da busca. Eles se originam das narrativas orientais, e enfatizam a parte material/sensorial/ética do ser humano: suas necessidades básicas (estômago, sexo, vontade de poder), suas paixões do corpo (COELHO, 1987, p.13).

Essas definições servem para pensarmos os contos de Charles Perrault que apresentam sempre situações e problemas sócioeconômicos, a busca e

ganância pelo poder, a necessidade de sobrevivência, fatos que encontramos presentes nos contos corpus deste trabalho.

E, para além dessas definições é importante destacarmos que os contos infantis serviram Segundo Bettelheim (1980) em cada história infantil há a presença do mito, que serve para discutir e problematizar situações de descobertas e necessidades que os heróis são subjulgados a realizarem. Os contos infantis, seja de fadas ou maravilhosos, buscam discutir sobre a existência humana e seus dilemas, tanto para a criança, quanto para o adulto.

Estes contos fornecem percepções profundas que sustentaram a humanidade através das longas vicissitudes de sua existência, uma herança que não é transmitida sob qualquer outra forma tão simples e diretamente, ou de modo tão acessível, às crianças. Um mito, como uma estória de fadas, pode expressar um conflito interno de forma simbólica e sugerir como pode ser resolvido, mas esta não é necessariamente a preocupação central do mito. Ele apresenta seu tema de forma majestosa; transmite uma força espiritual; e, o divino está presente e é vivenciado na forma de heróis sobre-humanos que fazem solicitações constantes aos simples mortais. Por mais que nós, os mortais, possamos empenhar-nos em ser como estes heróis, permaneceremos sempre e obviamente inferiores a eles (BETTELHEIM, 1980, p.34).

Neste interim, cumpre-nos destacar que os contos de fadas representaram um modelo de sociedade com problemas, em que a criança e seu universo não eram considerados, portanto, o desenvolvimento social desta encontra-se diluído.

A análise que nos propusemos, no início deste trabalho era constatar como os contos maravilhosos de Perrault, ao expressar um modelo de sociedade, acaba, também, discutindo os dilemas do desenvolvimento infantil, tomando como ponto de partida os direitos inalienáveis das crianças, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente, que surge, exatamente, para garantir que o desenvolvimento da criança, enquanto criança, seja respeitado.

2.2- Uma breve histórico do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Apresentaremos, aqui, uma breve consideração histórica sobre a questão dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil. Uma das primeiras manifestações sobre a preocupação com o desenvolvimento da criança foi o decreto em 1871 da “Lei do Ventre Livre”, que deu início a gradual extinção da escravidão e consequentemente uma transformação na sociedade brasileira. Tal decreto instituiu livres as crianças nascidas de mulher escrava e que estas ficariam sob o poder e autoridade dos senhores de suas mães que eram obrigados a criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Após essa idade os senhores tinham o direito de entregar as crianças negras aos cuidados do Estado e requerer uma indenização pecuniária como forma de compensação pelas despesas em sua criação. Os senhores também, tinham a opção de utilizar os serviços das crianças que “criaram” até que estas completassem vinte e um anos.

A abolição da escravidão proporcionou aos Senhores, por uma questão de economia, a substituição da mão dos negros por imigrantes assalariados. A não adaptação destes ao trabalho nas lavouras fazia com que eles migrassem para a cidade a procura de melhores formas de trabalho e remuneração. Com a expansão da produção do café houve o crescimento, desorganizado das cidades e da população urbana, provocando o maior número de ferrovias, portos e casas de exportação do produto. Também, foi necessário o aumento da contratação de funcionários públicos para atender a demanda nas grandes metrópoles. Essa deficiente estrutura econômica e os problemas de adaptação dos imigrantes foram acrescidos o número de crianças abandonadas e em busca de assistencialismos a estas crianças foi criado no país a instituição da Roda dos Expostos pela irmandade da Santa Casa de Misericórdia no Rio de Janeiro no ano de 1738.

A Roda dos Expostos era composta de um cilindro oco com uma



abertura em um dos lados que ficava voltado para a rua. A mulher que não quisesse, ou pudesse cuidar a criança a quem deu a luz deixava local e girava o cilindro que conduzia a criança para o interior da Santa Casa. Jesus (2006,p.36). As crianças assistidas por essa entidade

tinham como aprendizado apenas as atividades domésticas e a educação familiar. Após o término da infância, os Expostos deveriam receber um salário das famílias que necessitassem de seus trabalhos. Os adolescentes, do sexo masculino, que não se adaptassem as regras da casa e fossem devolvidos por mau comportamento podiam se transferidos ao Arsenal da Guerra, a Escola de Aprendizes de Marinheiros ou Oficinas do Estado.

Em 1927, foi promulgado o Código de Menores, decreto 17.923-A, que ficou conhecido como Código Mello Mattos. Esse documento tinha como objetivo aplicar medidas de proteção e assistência a crianças e adolescentes que encontravam-se em situação irregular como crianças em situação de abandono ou delinquência, tendo como abrangência somente os grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro. Tal código era constituído de uma estrutura correcional-repressiva e tinha como diretriz a repressão aos atos

infracionais cometidos por menores de 18 anos, sendo que adolescentes menores de 14 anos eram punidos com o objetivo de serem educados e os adolescentes na faixa etária entre 14 e 18 detidos e internados em centros de recuperação que previam a punição aos atos infracionais cometidos contando com a atenuação de suas responsabilidades.

Em 1937 uma nova Constituição apresenta pontos inovadores com a possibilidade de proteção social destinada a infância e juventude. Nessa nova constituição destacam-se programas do Serviço Social que visam o bem estar para atender a crianças e adolescentes. Um dos programas que tiveram destaque nessa área foi o Serviço de Assistência ao Menor (SAM). Vinculado ao Ministério da Justiça funcionava como sistema penitenciário destinado aos menores de idade, porém apresentava diferenciação no tratamento entre os adolescentes praticantes de atos infracionais e o menor carente e abandonado.

Para o primeiro: o destino era a internação em reformatórios ou casas de correção enquanto o segundo era encaminhado para escolas de aprendizagem de ofícios ou patronatos agrícolas. Paralelamente ao SAM, existiam outras entidades federais para atender os menores como a Legião Brasileira de Assistência (LBA) criada para ajudar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial, passando posteriormente a um órgão de assistência à famílias necessitadas. Também se contava com a Casa do Pequeno Jornaleiro (CPJ) criado em 1940 com o intuito inicial de prestar assistência aos menores, meninos, que trabalhavam vendendo jornais no centro do Rio de Janeiro.

É possível notar que em todos os projetos estabelecidos em lei, voltados a crianças e adolescentes, a assistência era destinada somente aos menores de idade que se encontravam já em práticas de atos infracionais ou abandonados pela família, portanto, a política de atendimento apresentava caráter corretivo, repressivo e assistencial aos menores carentes abandonados em conflito com a lei ou em situação de risco social. Tal fato contribuiu para que o termo “menor”, utilizado como síntese para “menor de idade” passasse a

ser visto, pela sociedade, com valor negativo, visto que o termo aludia à imagem de crianças e jovens sujos, maltrapilhos, malandros e perigosos.

A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente com a Lei Nº 8.069, sancionada pelo ex-presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello, em 13 de julho de 1990, foi uma resposta aos movimentos da sociedade que reivindicavam uma nova política de atendimento as crianças e adolescentes, pois entendiam que os direitos constituídos no código de menores era insuficiente e incompleto tanto na abrangência quanto na formulação de suas diretrizes no que diz respeito aos cuidados que deviam ser dispensados a crianças e adolescentes, tendo em vista que estes formariam a sociedade em um futuro próximo.

Assim, fica instituído com o ECA a doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente, que conceituou como criança à pessoa de zero a doze anos incompletos e adolescente à pessoa de 12 a 18 anos de idade. Estabelece também os direitos e deveres, disciplinados pela lei, das crianças e dos adolescentes e deveres da família, da sociedade e do Estado para com estes.

Artigo 4º- é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao esporte, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária. (ECA,P. 13, 2005).

Tal artigo passa a responsabilizar, não mais somente os pais ou responsáveis, mas deixa claro que é dever de todos, dever de toda a sociedade a preocupação e bom desempenho para a promoção do bem estar e desenvolvimento digno de crianças e adolescentes. Com isso toda criança e adolescente passa a ser visto como sujeito de direito, sem distinção de cor, etnia, classe social, considerados em sua “peculiar condição de pessoas em desenvolvimento” e a quem deve ser assegurada prioridade absoluta na

formulação de políticas públicas, com privilegiada destinação nas dotações orçamentária nas diversas áreas político-administrativa do país.

O Estatuto da Criança e do Adolescente é composto por partes distintas que especificam primeiro sobre a proteção dos direitos fundamentais a pessoa em desenvolvimento; o segundo dispõe sobre os órgãos e procedimentos protetivos; procedimentos de adoção; aplicação de medidas sócio-educativas; criação e funções do Conselho Tutelar e também sobre crimes cometidos contra ou por crianças e adolescentes. Principais colaboradores e redatores do ECA: Paulo Afonso Garrido de Paula, Antônio Carlos Gomes da Costa, Édson Sêda, Maria de Lourdes Trassi Teixeira e Ruth Pistori.

2.3- O desenvolvimento da criança, o Estatuto da Criança e do Adolescente e os maus tratos: análise dos contos infantis de Charles Perrault.

A criança, mesmo vivendo no mesmo mundo do adulto, pense e age de maneira distinta a esse, contudo até o século XVII seu universo, como veremos nas análises dos contos infantis não era respeitado.

Segundo Bettelheim (1980) durante os séculos XVI, XVII e XVIII, como o universo da criança não era levado em consideração, as fugas ao mundo dos adultos e seu desenvolvimento social, intelectual e cultural, estavam atrelado, em especial, as histórias infantis, por meio da contação de história. Sabedores de que os contos infantis, mesmo sangrentos, possuem um valor moralizador e educativo. Assim, verificar que os contos infantis trabalham com os signos da opressão, violência e abuso é compreender o universo em que a criança estava inserida e como seu mundo e desenvolvimento social e cultural estavam sendo erguidos.

Coelho (1991) ao falar sobre as compilações de Charles Perrault admite que em toda literatura produzida durante a idade média e nos séculos

posteriores estavam carregadas de violência e a violência exposta na sociedade acabam por serem transpostas para a literatura infantil e juvenil.

Não é difícil imaginarmos o que terá sido a violência do convívio humano nesse período medieval, quando forças selvagens, opostas e poderosas se chocam, lutando pelo Poder. O fato é que as marcas dessa violência ficaram impressas em muitas das narrativas “maravilhosas” que nasceram nessa época. (COELHO, 1991: 33)

A violência, opressão e abusos presentes na literatura produzida para crianças são, na realidade, a homologação de uma sociedade violenta, opressora e abusiva para com as crianças. A mensagem básica dos contos de fadas e, neste caso, maravilhosos e que “uma luta contra dificuldades graves na vida é inevitável”(Bettelheim,1980, p. 14). Portanto, há que considerarmos que, de certa forma, nas análises simbólicas e psicanalíticas de Bettelheim, os contos infantis apresentam violência e opressão. Contudo, sua análise segue o vies de que tudo serve para que a criança busque e realize por si só, sua jornada individual.

Após a apresentação do contexto histórico e da evolução, no Brasil, dos direitos de crianças e adolescentes, das conceituações sobre o conto infantil realizaremos análise, contrapondo com o ECA, a representatividade da criança e do adolescente nos contos de Charles Perrault, buscando discutir e problematizar a realidade de uma sociedade também violenta e em que medida o enredo e as ações em que a criança é submetida ferem o estatuto da criança e do adolescente.

Um dos primeiros escritores a compilar as histórias, de cunho moralizante, as quais foram perpetuadas por gerações, repassadas pelos adultos ao longo dos tempos, às crianças na forma de narrativa oral, foi Charles Perrault rompendo com as estruturas impostas pela alta sociedade, dá início a uma literatura popular. Utilizando uma linguagem simples para transcrever os contos já conhecidos oralmente, conquista espaço não somente na área da infância como, também, ganha a aprovação dos adultos. Suas histórias, assim como os contos orais, eram carregadas de sentido

moralizantes e instrutivos, porém o escritor utilizou-se de formas mais atrativas para desenvolver seu trabalho associando o teor pedagógico ao lúdico.

Para realização deste trabalho, utilizaremos alguns contos infantis de Charles Perrault: Chapeuzinho Vermelho, Cinderela, O Pequeno Polegar e Pele de Asno.

Lembrando sempre que a escrita, ainda que em forma de contos, problematiza sempre a realidade vivida pela sociedade da época, podemos verificar que algumas informações fornecidas por Philippe Aries, quanto ao fato de as crianças pertencentes a famílias de classe baixa continuaram sem que seus direitos fossem reconhecidos ou respeitados pelos seus responsáveis que julgavam ter total poder sobre suas crianças, inclusive o poder sobre decisões de vida ou morte, tendo o direito de castigar fisicamente como bem lhes conviesse, sem que precisassem justificar seus atos a nenhuma autoridade, já que a maior autoridade eram os próprios pais ou responsáveis ou quando se tratava de crianças e jovens abandonados pelas famílias esse poder absoluto sobre a vida destes era repassado ao Estado quando este se tornava tutor daqueles menos favorecidos.

2.3.1- Sob o signo do abandono: O pequeno polegar

Levando em consideração, especificamente, o conto o Pequeno Polegar, de Charles Perrault, sendo este um dos textos, corpus de nosso trabalho, discutiremos nesse a ideia de abandono, tão presente durante os séculos XVII, XVIII e XIX, que, sob o prisma do Estatuto da Criança e do Adolescente, se torna algo inadmissível.

No conto O pequeno Polegar podemos ver a representação do abandono na seguinte passagem: Naquele ano difícil, faltava tudo, praticamente não havia o que comer. Os dois lenhadores desesperados com tanta miséria e tantas bocas para alimentar, encontraram uma triste solução: *Iriam se livrar dos sete filhos esfomeados. Enquanto os filhos dormiam pai e mãe planejaram como agiriam para abandonar as crianças. _ Vamos levar as crianças para a floresta_ disse o lenhador_ Lá, enquanto jutam lenha, nós os abandonaremos e fugiremos sem que percebam.*

Essa parte do texto apresenta a difícil situação de uma família de lenhadores, portanto, família de baixa renda, que durante um período mais difícil da vida destes veem-se na obrigação de tomarem uma decisão para não verem seus filhos morrerem de fome diante de seus olhos. O casal vê como solução o abandono dos sete filhos, todos ainda na fase da infância, para que morressem, já que não viam outra solução, distantes. Abandonam as crianças na floresta pensando que talvez pudessem encontrar uma morte mais rápida nas garras de algum animal feroz ao invés de esperarem a morte lenta que viria pela falta de alimentação.

Contrapondo a atitude dos pais aos direitos e deveres dos responsáveis para com suas crianças é possível determinar que nesse ato haja o crime de abandono de incapaz Artigo 22 ECA: “Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores cabendo-lhes ainda, nos interesses destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais”. Este Artigo dispõe sobre o verdadeiro “dever familiar” consequência do poder familiar que assegura os direitos da criança e do adolescente frente a um futuro incerto. Tendo em vista que o ECA foi criado para que toda criança e adolescente, sem distinção, tenham seus direitos reconhecidos e respeitados, principalmente, aqueles pertencentes a famílias de baixa renda podemos vislumbrar que Perrault, ao trazer à baila essas situações, acaba por problematizar e iniciar as primeiras discussões sobre a constituição dos direitos das crianças e dos adolescentes, pois o papel da literatura é problematizar e discutir problemas sérios. Como afirma Perrone-Moises (2010):

As obras estão aí para desmenti-lo. Que dizer daquelas narrativas que nos mostram um mundo ainda mais terrível do que esse, já tão insatisfatório, que nos cerca? E daqueles poemas que manifestam uma dor ou um pavor ainda maiores do que os que quotidianamente nos assaltam? E esse é o modo de ser histórico da literatura contemporânea, mais para o negro do que para o cor-de-rosa. Ora, nessas obras negativas lê-se ainda mais claramente a insatisfação causada pela falta. Acentuar o que está mal, torna-lo perceptível e generalizado até o insuportável, e ainda sugerir, indiretamente, o que deveria ser e não é. (PERRONE-MOISES, 2010, p. 104)

Ainda segundo Oliveira (?)

A carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda do pátrio poder(...) (...)crescem as exigências de um Estado presente azeitando a engrenagem social com políticas públicas básicas, capaz de prover, dentre outros aspectos, salários dignos e educação compatível com as demandas do mercado de trabalho. (OLIVEIRA, p.95, ECA, art. 22).

II.2- Sob o signo do abuso sexual: Chapeuzinho Vermelho

No conto Chapeuzinho Vermelho há a representação da criança moradora em zona rural a qual é dada, pela mãe, a tarefa de levar até a casa da avó alguns mantimentos. Sabendo dos perigos existentes no caminho até a casa da avó, na versão de Perrault, a mãe não faz qualquer tipo de recomendação à criança que terá que atravessar a floresta, deixando-a mercê dos perigos existentes. É possível encontrar nesse trecho a questão da negligência contra a criança, quando o responsável, tendo conhecimento da situação de risco em que a criança, inocentemente, vai estar se colocando, se omite não prestando os cuidados devidos para com a integridade física ou psicológica da mesma.

Charles Perrault, pertencente a uma Europa extremamente violenta e sangrenta, sua personagem- Chapeuzinho Vermelho- não encontra ao final seu salvador- o caçador- e é devorada pelo Lobo. O texto não oferece esperança ao leitor, terminando com o aniquilamento de ambas as personagens: Chapeuzinho e sua avó.

a violência (patente ou latente dos Contos de Perrault) cede agora a um humanismo, onde se mescla o sentido do maravilhoso da vida. Apesar dos aspectos negativos que continuam presentes nessas histórias, o que predomina sempre é a esperança e a confiança na vida. (COELHO, 1991, p. 142)

Ainda segundo Coelho Coelho:

A dureza, maldade ou crueldade onipresentes nos Contos de Perrault correspondem, evidente, à época violenta em que vivia a Sociedade francesa, sob o despotismo exacerbado de Luís XIV, com seu corolário de injustiças e ameaças que

continuamente pairavam sobre as pessoas. (1991, p. 108)

Tratando-se de um conto de cunho moralizante, há na “fala” do gato: "Meretriz! Então, comes a carne e bebes o sangue de tua avó com gosto", do que assiste a criança degustando, a convite do Lobo Mau, a carne e o sangue da própria avó, a condenação de uma criança inocente e ingênua, pois nestes contos é analisado somente as atitudes das crianças e adolescentes que, segundo a moral da história, são os indivíduos causadores, por suas decisões ou falta de cautela, de seus próprios infortúnios.

Pode ser percebido no corpo dos textos de Perrault que o autor não ameniza as ações dos personagens, mesmo quando em se tratando de crianças. Aparentemente há nas ações dos mesmos a intenção de chocar o leitor, causando, pensando em literatura infantil, certa hostilidade quanto às ações das personagens. É o caso do trecho em que é narrado o encontro, já nas dependências da casa da avó, de Chapeuzinho Vermelho com o Lobo Mal.

Dispa-se e venha para cama comigo

O que faço com meu vestido? Questionou Chapeuzinho.

Jogue na lareira. Não precisará mais disso- respondeu o lobo.

E para cada peça que a garota tirava, corpete, anágua, meias, a garota fazia a mesma pergunta e o lobo respondia:

“Jogue na lareira. Não precisará mais disso”.

Então a garota deitou-se ao lado do lobo, e ao sentir o toque do pelo a roçar em seu corpo...

A maneira como o autor coloca as falas dos personagens deixa transparecer mais uma forma de erotismo do que terror. O lobo manda que a garota dispa-se, ordem que a mesma atende prontamente. Tirando peça por peça, ao se despir, faz com que o ato lembre uma cena de *Strip Tease*. Quando tirando suas roupas a menina pergunta ao lobo, após cada peça retirada, o que deve fazer com a peça de roupa e o lobo responde que é para jogar na lareira, permite que o leitor interprete a cena como um jogo de

sedução para a conquista e deleite do parceiro a quem se pretende agradar antes do ato sexual. Em seguida a menina deita-se ao lado do lobo, sente o roçar dos pelos em seu corpo enquanto indaga ao mesmo sobre as diferenças observadas entre corpo da velha senhora e aquele que esta ao seu lado.

E nenhum momento é possível detectar qualquer tipo de reação de desaprovação da garota em relação ao que esta prestes a acontecer, em todo tempo a menina se mostra passiva diante de todo acontecimento até que sem qualquer rodeio a história termina com “E então a devorou”, outra frase que pode possuir variadas interpretações. Comparando a ação do lobo na forma como o autor descreve a morte da velha senhora *Chegou primeiro à casa, matou a vovó, colocou seu sangue numa garrafa, fatiou sua carne num prato, comeu e bebeu satisfatoriamente, guardou as sobras na despensa, colocou a camisola e esperou na cama*, é possível a compreensão de que as intenções do lobo para com a menina não era o de simplesmente devorar sua carne para a satisfação da fome, para alimentação do corpo, mas sim para a satisfação do desejo sexual que o lobo nutria em relação à criança.

Pensando no ECA encontramos nessa história a situação que fere o Art. 18 “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”. Como na maioria dos casos de abuso sexual ou estupro ocorridos na sociedade, o fato acontece dentro da casa de um familiar, fato que dá ao agressor a sensação de segurança, pois esta resguardado dos olhos da comunidade.

Outro fator que é válido apresentar é o fato do agressor passar-se por uma pessoa confiável, querida e familiar que é o que ocorre na maioria dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Portanto, analisando o conto pela ótica do ECA, Chapeuzinho Vermelho pode ter sido vítima, sofrendo, primeiramente, pela negligência da mãe em não prestar-lhe orientações quantos aos riscos da proximidade com o lobo/homem, as agressões físicas e psicológicas estando a mercê das astúcias do lobo/homem,

pois com este ele foi exposta a tratamento desumano, violento, vexatório e constrangedor.

II. 3- A violência sexual familiar: *Pele de Asno*

Situação semelhante encontramos em *Pele de Asno* onde é narrado a história de uma princesa que é submetida a uma situação vexatória em que o próprio pai, sob o pretexto de cumprir com a promessa feita a esposa falecida, de que somente se casaria com uma princesa tão linda e virtuosa quanto ela, se apaixona e propõe casamento a filha.

O tempo passava e, à medida que passava, a princesa real ficava cada vez mais linda, excedendo a própria mãe. O rei reparava naquilo, e como já não estava muito no seu juízo perfeito, começou a sentir pela filha um amor profundo e forte, que não se assemelhava ao amor paterno. Enfim, não conseguindo mais esconder os seus sentimentos, declarou que só se casaria com ela.

Nesse conto encontramos a proposta de incesto que, imediatamente, é amenizada pelo narrador, justificando que o rei já não estava, em se tratando de suas faculdades mentais, em sua saúde perfeita. Percebe-se aí que as atitudes dos adultos não são, em qualquer momento questionadas, fato que faz lembrar sobre o “poder absoluto” e inquestionável que os adultos mantinham sob seus tutelados. (Aries. 1973).

Vemos novamente apresentar-se, nos contos, o caso de um suposto abuso sexual, porém, diferentemente de *Chapeuzinho Vermelho*, a vítima, nesse caso a princesa, se opõe ao acontecimento e para não contrariar o desejo do pai, mas, também, não se subjugar a este, busca orientações da fada Lilás, pessoa em quem ela deposita toda confiança.

Nesse ponto do conto encontramos uma leve desaprovação as atitudes do pai, quando a fada diz a princesa, que em nenhum momento do conto recebe um nome, sendo tratada apenas pelo nome do material que utiliza para se vestir depois que foge do castelo, que o casamento entre ela e o pai seria

um grande erro. Sem dar muita importância ao provável incesto, a história segue com a tentativa da princesa em não contrariar o pai nem tampouco se submeter aos desejos carniais do mesmo. Com esse propósito a jovem princesa, passa a fazer ao pai, orientada pela fada, solicitações improváveis de serem atendidas tais como vestidos de cores inexistentes e a pele do animal que, defecando ouro, mantinha a riqueza do reino. Porém, como o rei estava obcecado com a ideia de possuir a filha como esposa providenciou para que todos seus pedidos fossem atendidos. Temos nesse ponto a situação de opressão operada contra a jovem tanto pelo próprio pai quanto pela sociedade que se omitiu diante da atitude repulsiva de seu rei, pois o incesto foi um comportamento inaceitável e condenável em todos os tempos e sociedades.

Após ver que seus planos de tornar impossível a realização do casamento com o pai, a jovem decide, orientada pela fada madrinha que desaprova a união, fugir para evitar que o rei, seu pai, consumasse através do casamento, o ato sexual. Nesse ponto do conto encontramos, na fala da fada madrinha, o reconhecimento e valorização da atitude negativa da jovem em relação a consumação do incesto . “Envolve-se na pele do asno e saia pelo mundo. Deus recompensa quem tudo sacrifica pela virtude. Vá.”

A partir desse ponto do conto é possível detectarmos uma jovem em situação de rua, portanto, em vulnerabilidade social, já que encontrava-se desprovida de todos os cuidados e assistências devidas a uma criança/adolescente. *Assim que saiu do palácio, a princesa foi andando sem rumo, até muito longe, à procura de uma casa onde pudesse empregar-se.* No percurso realizado pela personagem, o autor denuncia a forma como as crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade social são atendidas pela sociedade da época. Verificamos que a princesa, utilizando-se de disfarce para não ser encontrada pelos cavaleiros da corte, traja-se como uma criança/adolescente pobre, e com isso carrega sobre si as atitudes de uma sociedade preconceituosa e desumana *Todo mundo lhe dava esmolas, mas ninguém a recebia na sua casa. Aquele rosto cheio de fuligem e aquela pele de asno fazia as pessoas sentirem nojo dela.* O conto mostra a realidade de uma princesa que somente é avaliada pelo que sua aparência representa no exato

momento em que a mesma precisa de apoio diante de uma dificuldade. A princesa somente encontra “abrigo” em uma granja para que executasse as tarefas, que provavelmente somente aqueles mais necessitados aceitavam realizar. *Por fim, chegou às cercanias de uma cidade onde havia granja. Naquele exato local, estavam a procura de uma empregada que executasse as tarefas mais grosseiras, como lavar a pocilga, guardar os gansos e outras coisas do tipo.*

Diante disso, baseando-se no ECA, é possível detectar nesse conto violações, tais como: abuso sexual, negligência, omissão, preconceito e exploração do trabalho infantil/adolescente.

II. 4- A princesa dos borralhos: opressão e exploração

No conto *de Cinderela* a história tem início com o casamento do pai da menina com uma mulher de temperamento difícil e ainda apresenta-se com duas filhas tão más quanto a mãe, fato que já entoa futuro sofrimento para jovem. A história prossegue mostrando a antipatia da madrasta pela enteada, que é apresentada como uma menina linda e dócil. *Detestava as qualidades da enteada, que faziam suas filhas parecerem ainda mais detestáveis.*

Bettelheim afirma que em os contos infantis optam pela substituição da mãe pela madrastra e estas com atitudes sempre cruéis e vis.

Assim, a divisão típica do conto de fadas entre a mãe boa (normal- mente morta) e uma madrasta malvada é útil para a criança. Não é apenas uma forma de preservar a mãe interna totalmente boa, quando na verdade a mãe real não é inteiramente boa, mas permite à criança ter raiva da "madrasta" malvada sem comprometer a boa vontade da mãe ver- dadeira, que é encarada como uma pessoa diferente. (1980, p. 86)

A história mostra a vida de uma criança ou adolescente que, por não ter junto a si a presença da mãe biológica, passa ser maltratada pela mulher de seu pai e suas duas filhas. No conto é possível notar a ausência do pai de Cinderela que em nenhum momento enxerga a situação de exploração do

trabalho infantil e humilhações que a filha é submetida dentro da própria casa. Não é possível identificar se a ausência, daquele que deveria proteger e cuidar da filha, é física ou há apenas uma negligência ou omissão do pai em relação ao sofrimento da jovem.

A exploração do trabalho infantil se dá quando a menina passa a ser obrigada, pela madrasta e as duas filhas, a cuidar sozinha de todos os afazeres domésticos. A história apresenta uma situação de quase escravidão vivida pela personagem que “perde”, na casa, seu lugar de filha passando a ser tratada como criada da madrasta e de suas filhas *Incumbiu-lhe dos serviços mais pesados e grosseiros da casa. Era ela ainda menina que lavava toda louça e a roupa da casa, e as escadarias, e ainda limpava e arrumava os quartos. Seu quarto, na casa em que outrora era toda sua, agora era o sótão, enquanto sua madrasta e irmãos dormiam em quartos luxuosos, atapetados, ricamente decorados...*

O texto apresenta uma modalidade de abandono de incapaz em que a vítima não se encontra em situação de rua, esta sofre o abandono do responsável dentro da própria residência *Cinderela suportava tudo com paciência. Não se queixava com o pai que mais parecia estar enfeitiçado pela nova esposa.* Temos aí a situação da jovem que se encontra desamparada, sofrendo os desmandos das moradoras da casa sem ter a quem recorrer, pois o pai, por amor à esposa, parece desconhecer todo o sofrimento a que a filha está sendo exposta. O pai omissor não nota que sua filha perdera seu quarto para as filhas de sua esposa, restando a ela somente um pequeno quarto no sótão, não percebe a diferença das vestimentas, luxuosas, de suas enteadas se contrapondo às roupas, maltrapilhas, que sua filha usa *...apesar das roupas luxuosas das filhas da madrasta, Cinderela que usava quase trapos....* Ignora o estado de espírito da filha quando, após o término do exaustivo dia de trabalho a menina se sentava em meio às cinzas da lareira, o que lhe rendeu o apelido, pejorativo, de Gata Borralheira.

No ponto em que o conto chega ao momento do baile que seria dado pelo príncipe às famílias abastadas do reino, Cinderela é novamente exposta

a uma situação vexatória quando, após ter organizado as roupas das três mulheres, é ridicularizada pelas “irmãs” que perguntam, cinicamente, se a garota gostaria de ir ao baile com elas.

A menina responde que não possui vestimentas adequadas para comparecer ao evento. *Cinderela, você gostaria de ir conosco ao baile?*

Pobre de mim! Não tenho o que vestir. Vocês estão é zombando de mim.

Tem razão, todos dariam boas risadas se vissem uma Gata Borralheira entrando no baile!

Pode ser pontuada nessa parte uma forma de agressão psicológica, quando aquelas que irão comparecer ao baile, sabendo do anseio de todas as moças do reino em participar da festividade e também sendo conhecedoras e responsáveis pela impossibilidade da jovem em se apresentar dignamente, na festa, “convidam” Cinderela pra acampá-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das questões expostas anteriormente podemos constatar considerar que houve grande evolução na história quanto aos cuidados dispensados a criança e adolescentes. Partindo do texto de Phillip Àries obtivemos conhecimento da inexistência de qualquer tipo reconhecimento ou preocupação com a sobrevivência das crianças, que eram consideradas seres transitórios, somente adquirindo algum reconhecimento após terem conseguido superar os primeiros anos de vida. No século XVII houve criação da escola, uma das mais importantes instituições voltadas para a aprendizagem e a evolução da criança e do adolescente.

Como instrumento de iniciação social a escola estreita os laços familiares dos alunos com seus familiares, já que exige maior participação e responsabilidade da família na vida escolar educando.

Tendo a criança reconhecida, pela sociedade, sua posição de sujeito em desenvolvimento passa a conquistar também a atenção de pessoas preocupadas com o futuro de uma sociedade, pensando que este esta representado na infância que adquirirá os bons ou maus costumes pertencentes a comunidade da época.

O Brasil acompanha essa evolução no trato para com a criança sendo uma das primeiras atitudes tomadas em favor destas a homologação da Lei do Ventre Livre, ainda na época da escravidão. Posteriormente foram criadas leis que presumiam a segurança de crianças e adolescentes que já se encontravam em situação de vulnerabilidade, isto é crianças e adolescentes que se encontravam já em situação, ampla, de abandono de incapaz e

intelectual e já encontravam-se em conflito com a lei. Essas leis “protetivas ” eram compostas de regras de caráter repressório que visava apenas retirar das ruas das grandes cidade “aquilo” que, de certa forma, oferecia riscos a sociedade, sem considerar a ideia de trabalhar com as crianças e adolescentes carentes formas de prevenção e apoio às famílias de baixa renda para que suas crianças não ficassem desassistidas diante das dificuldades enfrentadas por suas famílias. Em 1990 com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente Lei 8.069 passa a vigorar no país a proteção integral de crianças e adolescentes, visando a prevenção de situações em que estes possam estar expostos a situações de risco ou com seus direitos violados.

Considerando o trabalho realizado sobre os contos de Perrault, podemos encontrar, em diversos deles, o retrato de uma sociedade em que crianças e adolescentes sobreviviam de forma precária, sem que esse fato fosse tivesse qualquer tipo de rejeição ou estranhamento por parte de seus leitores. É possível compreender tal atitude tendo em vista que, segundo Áries, essa era uma forma comum de criação. Encontramos nos contos situações em que maior parte dos personagens, vítimas de injustiças e maus tratos, são representadas pela figura feminina, e que jovens vivem e tem a aprendizagem realizada, como coloca Áries, na forma de realização e aperfeiçoamento dos trabalhos executados em seu cotidiano.

Perrault demonstra em seus textos a preocupação com a transmissão de valores e regras a serem seguidas tanto pela a criança quanto pelo o adulto. Seus textos apresentam situações em que pode ser avaliado não só o comportamento da criança, mas também o comportamento da família, portanto busca a transmissão de valores familiares e morais apresentando na conclusão dos contos a “moral da história” onde os indivíduos portadores de atitudes negativas recebem castigos e aqueles que obraram o bem são recompensado com a felicidade eterna.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ÁRIES, Philippe. *História social da criança e do adolescente*. 2a ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

COELHO, Nelly Novaes. *O conto de fadas*. São Paulo: Ática, 1987. _____. *Panorama histórico da literatura infantil juvenil: Das origens indo-européias*

ao Brasil contemporâneo. São Paulo: Ática, 1991.

PERRAULT, Charles. *Contos de Perrault*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

PERRO-MOISÉS, Leyla. *A criação do texto literário. Flores da escrivania*. São Paulo: companhia da letras, 1990.

ZILBERMAN, Regina (org.). *A literatura infantil na escola*. São Paulo: Global, 1987.

Estatuto da Criança e do Adolescente, Brasília , 2005.

Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado , 2001.

